

**Turismo Sustentável Desde A Organização Mundial Do Turismo E Sua Relação Com O Urbano E Com As Fronteiras Do Turismo<sup>1</sup>.**

Maurício Ragagnin Pimentel<sup>2</sup>

Mestrando em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

**Resumo**

Este trabalho investiga os conceitos de desenvolvimento sustentável (DS) e de turismo sustentável (TS), assim como suas concepções, presentes no discurso dos documentos da Organização Mundial do Turismo. Ao fim, é buscada uma relação entre esses conceitos e o urbano e as fronteiras presentes no turismo. Foi adotada uma metodologia qualitativa, a análise de discurso, dentro do paradigma da dialética histórico-estrutural. Para tal análise foi utilizado um quadro com as diferentes leituras de DS presentes na bibliografia. Foi constatado que, assim como esse conceito, as posições da OMT em relação a ele são dinâmicas e polissêmicas, estando muito relacionadas ao quadro geral da discussão sobre sustentabilidade. A idéia de TS ainda concerne ao desenvolvimento das futuras e atuais urbanizações turísticas e às fronteiras dos objetivos, da expansão e da resignificação da atividade no presente.

**Palavras-chave:** Turismo, Desenvolvimento Sustentável; Turismo Sustentável; Urbano; Fronteiras do Turismo.

**Introdução**

Este trabalho investiga os conceitos de desenvolvimento sustentável (DS) e de turismo sustentável (TS), assim como suas concepções, presentes no discurso dos documentos da Organização Mundial do Turismo sobre o Desenvolvimento Sustentável do Turismo. Ao fim, é buscada uma relação entre esses conceitos e o urbano e as fronteiras presentes no turismo.

Foi adotada uma metodologia qualitativa com uma aproximação à análise de discurso (TRIVIÑOS, 1998), que se aproxime ao paradigma da dialética histórico-estrutural (DEMO, 1995). Tal paradigma foi escolhido devido à propriedade que possui para analisar o objeto de estudo aqui proposto. A dialética tem como uma de suas principais categorias a historicidade, considerando a realidade como um processo que traça mudanças constantes ao longo dos tempos. O debate sobre desenvolvimento sustentável e sobre turismo sustentável está em processo, em uma dinâmica altamente variável.

---

<sup>1</sup>Trabalho apresentado ao GT “Turismo Urbano e de Fronteiras na América Latina” do V Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL – Caxias do Sul, 27e 28 de junho de 2008.

<sup>2</sup> Bacharel em Turismo pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, atualmente é bolsista da Capes no mestrado em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul na área de Análise Territorial sob a orientação do Prof Dr Antonio Carlos Castrogiovanni. E-mail: [mauriciopimentel@terra.com.br](mailto:mauriciopimentel@terra.com.br)

Uma importante ferramenta metodológica deste trabalho é um quadro<sup>3</sup> elaborado a partir da revisão bibliográfica a respeito das diferentes visões, ideologias e correntes teóricas que versam sobre o desenvolvimento sustentável. Ressalta-se que tal classificação é uma síntese de algumas perspectivas sobre DS agregadas em torno em torno marcos principais, não tendo a pretensão de apresentar todas nuances existentes nesse debate, até porque as diferentes perspectivas possuem um caráter maleável e que por vezes se imiscuem. Esse quadro se faz útil e necessário para a análise dos documentos da OMT, pois possibilitará verificar o teor das proposições dessa instituição e de suas concepções de sustentabilidade em meio a grande heterogeneidade de propostas e a polissemia dos termos DS e TS.

O porquê da escolha dos documentos provenientes da OMT como objeto de pesquisa não é casual. Tem em vista o grande peso da instituição na difusão e na construção desses conceitos (DS e TS) e no modo como as idéias neles contidas são aplicadas ao turismo. Outro aspecto importante é o papel legitimador que a OMT exerce sobre muitas políticas e práticas ditas de TS. Além disso, a organização é um relevante centro na produção de conhecimento sobre o tema, propondo instrumentos e políticas que o tem como foco, sendo considerada como órgão oficial mundial do turismo.

### **Considerações iniciais sobre DS e TS.**

Em que pese algumas controversas conceituais, ambas as noções (DS e TS) têm sido muito requisitadas e de indispensável conhecimento no atual debate referente ao planejamento territorial e à gestão do turismo, tendo, portanto, implicações sobre a forma de urbanização que o turismo produz. Ao contrário do que se poderia pensar o TS, como é concebido contemporaneamente, não se restringe a um turismo na natureza, mas concerne a todas as formas de turismo, inclusive aquele praticado no espaço urbano. O TS também diz respeito a todos os setores envolvidos nesse fenômeno, não se restringindo apenas ao terceiro setor, ou ao setor público.

A conceituação oficial de desenvolvimento sustentável adotada por muitas instituições, inclusive pela OMT (1989, 1995, 2001, 2003, 2005) é da Comissão Brundtland, de 1987, que diz: “o desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades” (CMMAD, 1991, p.46).

---

<sup>3</sup> Verificar página 13.

Se analisados os termos desta conceituação é possível verificar que essa permite conjugar sob a mesma definição uma grande variedade de opiniões, ao mesmo tempo em que essas não são definidas a priori, sendo, portanto, tema de discussões posteriores. O que seriam as necessidades das gerações futuras? Será que o que hoje julgamos importante amanhã também o será? A questão encontra-se em nosso limite cognitivo, sendo que não existe uma resposta “correta” devido à própria imprevisibilidade do futuro.

Assim como a definição de seu termo, a metodologia do como alcançar o desenvolvimento sustentável, também foi deixada em aberto, a definir-se na luta política que é inerente à discussão dessa noção. Isso faz com que DS seja um conceito altamente dinâmico, e que com muita facilidade tenha seu significado e seu conteúdo transformados através de sua discussão e do seu uso. Esse mesmo fenômeno de mutação do significado e da conotação do conceito de desenvolvimento sustentável ocorre com o de turismo sustentável. Tal processo é verificável em uma análise dos documentos da OMT.

Através dos documentos disponíveis no sítio eletrônico da Seção de Desenvolvimento do Turismo Sustentável da OMT pude identificar quatro diferentes fases no que concerne às definições e às orientações da organização em relação aos temas aqui pesquisados: anteriores a 1987; entre 1987 e 1992; entre 1992 e 2002 e posteriores a 2002. De forma geral poderia se dizer que:

- As concepções e orientações da Organização Mundial do Turismo em relação ao desenvolvimento sustentável do turismo estão em um processo dinâmico e histórico de permanente construção;

- O discurso que apresenta tais concepções e orientações sobre o TS está diretamente vinculado a uma compreensão do significado de DS, sendo afetado a cada grande marco da discussão desse, a exemplo do Relatório Brundtland (1987), da Agenda 21 (1992) e das propostas do WSSD<sup>4</sup> (2002);

- Tendo em vista o quadro teórico sobre desenvolvimento sustentável se verifica que no discurso da OMT sobre DS e TS diferentes perspectivas se imiscuem e dialogam.

- Apesar de compreenderem certas diferenças quando vistas em uma perspectiva diacrônica, as concepções e orientações da OMT a respeito de TS não são contraditórias, mas complementares, estando em um processo de interação dos contrários, tipicamente dialético, em que novas perspectivas sobrepõem-se a outras sem excluí-las, mas sintetizando-as.

Foi notada ainda alguma semelhança entre as metamorfoses dos conceitos estudados com a classificação diacrônica proposta por Clarke (1997) das diferentes posições sobre

---

<sup>4</sup> Conferência Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, também conhecida como Rio+10.

turismo sustentável. A saber: turismo sustentável como oposto ao turismo de massa; um continuum entre turismo sustentável e turismo de massa no qual se encontrariam os produtos turísticos em algum ponto da escala; um movimento para tentar tornar o turismo de massa mais sustentável ao invés de tomá-lo como vilão; e uma posição de convergência, reconhecendo igualmente a importância tanto do turismo de larga e como do de pequena escala, pois ambos devem ser almejar a sustentabilidade, sendo essa considerada um objetivo e não a característica de algum tipo especial de turismo.

### **As quatro fases das concepções de DS e TS da OMT.**

O conceito de DS foi publicado primeiramente em 1987, portanto, anteriormente a essa data o tema obviamente não consta nos documentos da OMT. Em 1980, através da Carta de Manila é possível notar que os esforços da instituição estão centrados em objetivos como fomentar o turismo, através da liberação das restrições ao seu desenvolvimento. Como justificativa dessa expansão do mercado turístico estava o propósito de garantir o direito universal ao turismo, como parte do direito universal ao lazer, presente na Declaração dos Direitos Humanos (1948). O turismo é ainda compreendido como instrumento para promoção da paz e do entendimento mútuo entre os povos, baseado na equidade e no respeito às soberanias. Também é tratada a possibilidade do turismo contribuir para o desenvolvimento econômico e social das nações, não apenas por ser uma atividade geradora de retornos econômicos e ajudar no equilíbrio da balança de pagamentos, mas também por possibilitar o acesso ao lazer criativo, um importante ponto para a qualidade de vida dos indivíduos.

Os adjetivos que acompanham o desenvolvimento do turismo quando referidos idealmente são: harmonioso e “sustentado” (ou continuado, dependendo da versão do documento). Uma hipótese é de que o primeiro adjetivo esteja ligado à visão dos pólos de desenvolvimento turístico, propostos por Sessa (1976) a partir da teoria do desenvolvimento harmônico de Perroux.

Esse considera o agregado econômico nacional como um todo que comporta uma série de desequilíbrios, são propostos então pólos territoriais de desenvolvimento que propaguem impulsos para esse agregado alavancando seu crescimento e o das regiões que desses dependem. Esses pólos teriam atividades motrizes como a indústria, um pólo urbano, ou, como proposto por Sessa, um pólo turístico.

Já a palavra continuado, remete a uma presunção de uma perenidade que atividade turística deveria ter. A essa idéia de permanência se poderia relacionar uma preocupação com

a preservação da base de recursos naturais e culturais que exercem atratividade, considerados os pilares da atividade turística. Tais recursos deveriam merecer atenção especial por parte de autoridades e serem usufruídos de acordo com um planejamento que assegurasse sua preservação e conservação. Há de se recordar que após um momento de expansão e de otimismo desde o pós-guerra, nos anos 1970, em especial após a crise de 1973, o crescimento do turismo sofreu um abalo, surgiram posturas críticas ao desenvolvimento da atividade e os impactos negativos advindos de um modelo turístico baseado na quantidade de visitantes já eram inegáveis em alguns lugares. Exemplos seriam o Caribe, ou ainda a própria Espanha que, segundo Priestley (1995), viu nos anos 70 o turismo internacional tornar-se uma atividade economicamente inviável. Desse modo, o conceito de desenvolvimento sustentável encontraria no turismo um contexto favorável à incorporação de seus preceitos.

O conceito de DS é incorporado pela OMT pós-1987, estando presente na “Declaração de Haia sobre o Turismo” (1989), mesmo que de forma acanhada. O termo é utilizado entre aspas e não é definido explicitamente, apenas sendo feitas referências ao Relatório do PNUA<sup>5</sup> e ao Relatório Brundtland. Isso, por um lado ilustra a grande indefinição da noção de DS própria daquela época, em que o conceito amplo e abrangente havia apenas sido lançado.

É possível verificar que inicialmente a concepção de DS aplicada ao turismo, por vezes traduzido como desenvolvimento duradouro, se aproxima das noções neoclássicas<sup>6</sup>, ou daquela de Herman Daly. Isso porque dentro de tais concepções a sustentabilidade é a manutenção de uma constante a ser legada às gerações futuras – capital natural ou nível de consumo, por exemplo. Na sustentabilidade do turismo a constante perene a ser protegida e garantida é a própria atividade turística, sendo essa o fator a ser legado às gerações vindouras. No caso da OMT a defesa desta constante não se justifica apenas pela atividade econômica que a instituição está buscando fomentar, mas também pelo turismo visto como direito universal do homem ao lazer, como vinha enfatizando em suas declarações da década de 1980. Podemos compreender os instrumentos e as políticas propostas pela OMT então – inventários, planejamento, educação dos turistas, cooperação entre setor público e setor privado, ou ainda, o próprio desenvolvimento de formas alternativas de turismo – como a busca de uma garantia futura da permanência da base de recursos sobre a qual se assenta a atividade turística – ambientes naturais, culturais e humanos preservados – e assim a continuidade do próprio turismo.

---

<sup>5</sup> Programa Ambiental das Nações Unidas. *The year 2000 and beyond*.

<sup>6</sup> Dentre as perspectivas apresentadas no quadro as neoclássicas corresponderiam a sustentabilidade fraca e a sustentabilidade forte

Em 1992 foi promovida pela ONU a Conferência Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, no Rio de Janeiro. Tal evento foi marcante no desenrolar da discussão sobre DS, pois segundo Nobre (2002) ali se opera sua institucionalização. Ao final da conferência a disputa em torno do conceito de desenvolvimento sustentável sofreu notáveis mudanças. “Trata-se agora de uma disputa em instituições determinadas, com regras e limitações de poder bem-definidas” (NOBRE, 2002, p.69). A partir daquele momento foi indicado “não apenas onde se dá o conflito, mas igualmente quais os seus termos” (NOBRE, 2002, p.51).

Dentre as diversas propostas conceituais e práticas de DS propostas, a que se sobressaiu foi a que vinculava o DS ao auxílio padrão para o desenvolvimento, a ser feito, portanto, pelas mesmas instituições que vinham fazendo tal financiamento, como o Banco Mundial. A discussão sobre desenvolvimento sustentável perdeu então seu caráter ‘totalizante’, até então uma de suas marcas, subordinando-se a uma noção neoclássica que vê o DS como uma possibilidade dentro do capitalismo a partir da correção dos defeitos do mercado. Assim, a questão ambiental consegue sua inserção na pauta da discussão sobre os problemas globais, mas não como alicerce na construção de uma nova ordem político-econômica mundial, como pretendiam alguns.

Com essas mudanças em relação ao próprio conceito de DS, a posição da OMT em relação ao mesmo também sofre variações significativas. Já na Carta do Turismo Sustentável (1995) se pode ver que os termos desenvolvimento sustentável e turismo sustentável são plenamente incorporados ao discurso da instituição, não sendo mais usados entre aspas. Também ali são adotadas mais explicitamente definições e considerações diretas sobre o significado e as implicações do termo sustentabilidade. O desenvolvimento do turismo além de ser sustentado, duradouro, deveria contribuir para a perspectiva da sustentabilidade tomada de forma mais ampla.

Quanto à perspectiva de DS apresentada nesse documento, está presente aquela que toma sustentabilidade como conservação do capital natural e cultural. Concepção notadamente neoclássica, segundo a qual a sustentabilidade é possível e, mais que isso, ampliável, a partir do crescimento econômico. Desde essa noção, o turismo é visto como um importante instrumento que possibilita a conservação dos recursos naturais. Isso porque se concebe que a atividade turística viabiliza o aproveitamento econômico e a valoração de áreas e de recursos naturais e culturais através da preservação. Tais recursos não teriam utilidade econômica de outra maneira a não ser em atividades que implicassem necessariamente em sua depleção. O turismo desempenha, portanto, um papel central em relação às estratégias de

desenvolvimento sustentável, principalmente no que concerne aos ‘países em desenvolvimento’. Nesses Estados encontra-se grande parte dos recursos naturais, que estariam ameaçados diante de sua busca em igualar o nível de atividade econômica dos ‘países desenvolvidos’. O turismo se apresenta, então, como alternativa, uma vez que lhes oferece a possibilidade de aumentar sua atividade econômica através da preservação de tais recursos.

Nesse mesmo escrito de 1995 é possível verificar também uma mudança no papel atribuído às instituições relacionadas ao turismo. As atribuições institucionais não são mais tão centralizadas em criar condições para a liberalização do mercado turístico, como em 1989. Pois de forma mais clara é agregada a essa perspectiva institucional a função de, através da cooperação com os demais envolvidos, gerenciar e planejar o turismo para que esse ocorra dentro da almejada sustentabilidade. Mesmo que essa atribuição implique na impossibilidade ou no não estímulo à própria atividade turística no caso da adoção de medidas como capacidade de suporte, e do “abandono dos subsídios que tenham efeitos negativos sobre o ambiente”<sup>7</sup> (OMT, UNEP, UE & 1995a, p.3)

No que diz respeito aos meios para que essa concepção de sustentabilidade se concretize, um forte crédito é dado à tecnologia. Se incita os responsáveis e envolvidos com os recursos turísticos a uma abordagem “*de innovación cultural, tecnológica y profesional, que además exige realizar un gran esfuerzo por crear y desarrollar instrumentos de planificación y de gestión integrados*” (OMT, UNEP & UE, 1995, p.5). Como medidas a serem adotadas, coloca “*un cambio en los modelos de consumo y la introducción de métodos de fijación de precios que permitan la internalización de los costes medioambientales [ecologically honest pricing]*” (OMT, UNEP & UE, 1995). Nesse momento é estimulado um desenvolvimento do turismo com forte base local, e uma busca modelos alternativos de turismo – posição a ser contraposta com aquela adotada a partir de 2002, que vê todos os tipos de turismo almejando serem sustentáveis.

Como parte dessa incorporação do TS e do DS pela OMT se pode verificar ao longo da década de noventa a publicação de manuais e a promoção de eventos com fim de sensibilizar os envolvidos com o turismo da importância desses novos conceitos, assim como divulgar e ajudar desenvolver novas metodologias e instrumentos que auxiliassem em sua consecução prática. Nesses manuais se nota uma certa ênfase em uma abordagem sistêmica, na qual o TS dependeria do equilíbrio entre três pilares interdependentes – econômico, social

---

<sup>7</sup> Tradução livre de: “*Governments and multilateral organizations are called upon to] abandon subsidies that have negative effects on the environment*” (OMT, UNEP, UE, 1995a, p.3).

e ambiental. A desconsideração de uma dessas esferas implicaria em efeitos nas outras e na não concretização tanto do objetivos almejados quanto do próprio do TS.

No ano de 2002 dois eventos foram importantes para uma nova etapa no desdobramento da abordagem dos conceitos de DS e de TS através dos documentos da OMT, foram esses: a Conferência Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (WSSD) – realizada em Joanesburgo que reavaliou os resultados e as propostas da convenção ocorrida dez anos antes no Rio de Janeiro, assim como de seu documento Agenda 21 –; e o Ano Internacional do Ecoturismo, que através da Declaração de Quebec (2002) explicitou uma melhor definição dessa modalidade turística e do próprio TS, que por vezes é confundido com tal modalidade.

No relatório final do WSSD o turismo recebeu uma destacada importância, sendo seu artigo 43 inteiramente dedicado ao tema. Ali, o turismo é visto como importante estratégia na busca pelo DS, tanto em medidas relativas aos pequenos Estados-ilha e à África, quanto em propostas relativas à gestão da energia e à conservação da biodiversidade (OMT & UNEP, 2005, p.15).

Com essa atribuição de um novo papel ao turismo em relação ao DS, pode se notar por parte da OMT uma postura mais definida em torno do que seria o TS e quais seriam as metodologias e princípios que esse deve levar em consideração. Relacionada a esse fato também está a assunção de novos compromissos com relação à busca pelo desenvolvimento sustentável por parte da instituição, como o programa STEP, o auxílio técnico direto a certos países e a produção de conhecimento concernente à área.

Frente a essas novas atribuições, nota-se uma nova perspectiva de sustentabilidade nos documentos da OMT. Até então, mesmo com uma certa dinâmica, a idéia predominante era a da sustentabilidade como perenidade do turismo. Essa perspectiva não se esvai, mas a ela é agregado, de forma mais enfática, um viés que vê o turismo como ferramenta na disseminação dos princípios e práticas do DS de forma global. O TS é entendido não como um adjetivo de certo tipo de turismo, concreto, atingível, em estado estático; mas como um processo permanente, caracterizado pela busca incessante de certos princípios, como um instrumento que pode contribuir para o DS e para o alcance dos objetivos do milênio. Contudo, se deve considerar que os assuntos relativos sustentabilidade tomada de forma mais abrangente são questões das quais o turismo também depende – como o aquecimento global e seu efeito nas áreas litorâneas –, de modo que esse interesse renovado da OMT não implica no abandono da idéia de sustentabilidade como manutenção da atividade turística no futuro.

Através de documentos como o manual “*Making Tourism more Sustainable*” de 2005, se pode verificar que, no que concerne ao âmbito conceitual, o TS é visto como: totalizante,



sistêmico, coevolutivo, e concebido como um processo balizado por princípios, os quais o definem.

Totalizante porque busca abranger todos os tipos de turismo, ao invés de serem fomentados modelos alternativos de turismo, como se pôde ver em documentos anteriores.

Deve ficar claro que o termo ‘turismo sustentável’ – que significa ‘turismo baseado nos princípios do desenvolvimento sustentável – refere-se a um objetivo fundamental: fazer *todo* [grifo do autor] turismo mais sustentável. O termo deve ser utilizado para referir-se a uma condição de turismo, não a um tipo de turismo (OMT & UNEP, 2005, p.11).

Sendo o TS considerado a busca por princípios e não um modelo particular de turismo, todas suas diversas formas de manifestação deveriam perseguir tais princípios, independente de sua situação particular. Essa concepção, ao englobar um universo quantitativo maior, almeja como resultado uma mudança qualitativa sobre o todo, mesmo que essa não acarrete em um turismo ideal. Nesse sentido, há de se considerar que um TS concebido como o turismo de pequena escala não faria frente à enorme demanda por esse produto, tendo portanto, efeito limitado na mudança de práticas turísticas danosas, pois estaria alheia a grande parte do turismo.

A consideração do TS como de caráter sistêmico, já presente em documentos pós-1992, é reafirmada. Tal caráter se faz presente quando se coloca que o TS requer a participação e a informação de todos os agentes relevantes no seu processo de planejamento e desenvolvimento (OMT & UNEP, 2005, p.11). Outro ponto da atribuição de um caráter sistêmico ao TS é o fato de ele envolver e contribuir para uma heterogeneidade de questões que o acabam afetando, mas que possuem implicações que extrapolam o âmbito do fenômeno turístico. Nesse sentido o TS se dá em um sistema aberto para o qual contribui – na busca dos objetivos do DS–, mas pelo qual também é afetado – pelos efeitos dos impactos sócio-ambientais.

Além dessa apreensão do TS como sistema, existe uma concepção de que os diferentes sistemas que o TS envolve estão em coevolução. Isso implica em dizer que esses diferentes sistemas estão em constante interação, sendo interdependentes. Uma perspectiva coevolutiva também significa que o objetivo do DS não se reduz à manutenção constante de algum fator, mas à busca pela harmonização e minimização do processo entrópico inerente às interações sistêmicas. Uma abordagem coevolutiva do TS o toma como uma constante busca por princípios que o norteiam, em um processo dinâmico, que constantemente se reatualiza e que, portanto, não tem fim.

Turismo sustentável não deve ser tomado como implicando um estado final do turismo. Na verdade, freqüentemente se argumenta que o turismo talvez nunca seja totalmente sustentável – o desenvolvimento sustentável do turismo é um processo contínuo de melhoramento. (OMT & UNEP, 2005)<sup>8</sup>

Já no que concerne as definições do TS essas são feitas, como em grande parte da literatura a respeito do tema, a partir de uma relação de princípios orientadores sobre o quais deveriam ser pautadas as ações que digam respeito ao turismo. Embora existam críticas a esse tipo de definição, elas se constituem no maior grau de especificidade que podemos dotar uma concepção de TS que busque ser útil diante da heterogeneidade de situações apresentadas pelo turismo, sem cair em afirmações por demais genéricas, ou que sejam válidas apenas para realidades muito específicas. A própria OMT afirma que em TS não existem propostas do tipo *one-fits-all* (OMT & UNEP, 2005, p. iv), devendo o processo ajustar-se à cada situação. As definições por princípios são inerentemente abertas, integrando um processo coevolutivo em que os objetivos podem ser socialmente determinados. Desse modo, esse tipo de definição do TS possibilita a constante reciclagem e inclusão de novas variáveis observáveis no processo de observação da realidade

Apresentado esse panorama sobre as concepções de TS e DS presentes na OMT, é possível verificar que estão presentes no discurso da organização diferentes perspectivas de sustentabilidade, que dialogam, imiscuem-se, refletindo o caráter dinâmico e processual dos conceitos. Desse modo, é possível verificar no discurso da OMT sobre TS:

– Uma perspectiva neoclássica, presente através da apropriação e divulgação por parte da instituição de muitos instrumentos metodológicos propostos por esse viés – como a precificação e medidas de compensação ambientais –, e que também é verificável na idéia de turismo sustentável como sinônimo de manutenção e extensão da atividade turística para as gerações presentes e futuras;

– Uma perspectiva de TS baseada em alguns princípios ecológicos, como a visão sistêmica na qual o TS deve se basear, e na idéia de permanente interação, interdependência e coevolução entre os sistemas que integram o turismo;

– Uma visão de que o TS necessita do planejamento e da coordenação institucional, que oriente o processo na direção dos objetivos do DS, estabelecidos a partir da necessária integração e participação de todos os agentes envolvidos;

---

<sup>8</sup> Tradução livre de: “Moreover, sustainable tourism should not be taken to imply a finite state of tourism. In fact, it is often argued that tourism may never be totally sustainable – sustainable development of tourism is a continuous process of improvement.” (OMT, UNEP, 2005, p.12).

Além desse diálogo e incorporação de diferentes noções de DS verificadas na bibliografia sobre o tema, verificamos que ao se aplicarem ao turismo se notam duas posições, que apesar de diferentes tornam-se complementares: idéia de sustentabilidade do turismo, centrada na garantia da perenidade desse; e, de turismo como ferramenta para sustentabilidade, auxiliando da consecução dos objetivos do milênio, na preservação do patrimônio natural e cultural, enfim, fazendo parte de um sistema maior.

Nesse sentido, se poderia dizer que, atualmente, a OMT verifica no TS um objetivo que deve ser almejado por todas as formas de turismo, sendo um termo que se refere a uma condição do turismo e não a um tipo de turismo. Lembrando que esse TS deve ser visto como um processo em busca dos princípios da sustentabilidade, sendo uma constante busca por aperfeiçoamento, não possuindo, desse modo, um fim pré-determinado ou a possibilidade de se verificar concretamente em uma versão acabada e estática.

### **Relação entre TS, o urbano e as fronteiras do turismo.**

Se pode a partir desse estudo sobre as concepções de DS e TS da OMT tecer algumas considerações sobre a relação do turismo com o urbano, e com as suas próprias fronteiras enquanto atividade.

O turismo para desenvolver-se necessita da instalação de uma infra-estrutura urbana mínima. Nesse sentido, constituiu-se, e segue sendo, o principal motor da urbanização de muitos lugares. Por outro lado, às vezes é convocado também em políticas urbanísticas como atividade que propiciaria a revitalização ou regeneração de certas áreas urbanas, como as antigas áreas portuárias ou centros históricos depreciados. O turismo constitui-se, portanto, em um elemento importante da dinâmica de produção do espaço urbano. Contudo, o conceito de turismo sustentável aponta para um crescimento anterior do turismo que não foi bem-sucedido. A busca pelo TS significa, assim, tentar que a partir de alguns ideais balizadores os desenvolvimentos futuros da atividade não sigam pelo mesmo caminho – embora infelizmente isso nem sempre pareça ocorrer.

O modelo turístico mal-sucedido foi o de livre mercado – verificado na costa espanhola nas décadas de 60 e 70, mas que também segue reproduzindo-se em vários outros lugares – em que ao invés de turismo seu principal interesse foi a especulação imobiliária, a *“búsqueda de plusvalías financieras de origem urbano”* (Jurdao, 1992, p.83). Os locais que

embarcaram nas promessas desse modelo sem a realização de estudos de viabilidade viram seus sítios perderem em qualidade ambiental em função de uma urbanização desordenada, desvalorizando-se turisticamente e sendo preteridos por outras destinações. O que se deu ali, portanto, foi resultado de uma bolha de crescimento, que, contudo, não trouxe desenvolvimento para os destinos e para sua população.

É a isso que o turismo sustentável visa se opor. Entretanto, deve-se estar atento para as nuances desse conceito e seus pressupostos a fim de distingui-lo de um “*marketing verde*” travestido. Por isso, é importante a realização de estudos e a criação de ferramentas, como se tem visto nos últimos documentos da OMT, que auxiliem o desenvolvimento do turismo e que estimulem os processos de urbanização relacionados a terem um viés menos imprudente.

Para Ivars (2004) existe:

*La necesidad de vincular el planeamiento urbanístico con la planificación turística para definir un modelo de implantación territorial del turismo consensuado con la sociedad local, integrado dentro de las coordenadas de la sostenibilidad y instrumento para materializar el potencial turístico del territorio en un contexto de gran competencia. Este planteamiento, que liga sostenibilidad y competitividad, implica evitar la instrumentación inmobiliaria del turismo con afán recaudatorio y previene de la configuración de un modelo turístico como consecuencia de la suma de distintos proyectos, en muchas ocasiones faltos de coherencia. (p.157)*

A idéia de um TS se coloca, portanto, nas fronteiras do turismo. Na fronteira do papel que ele pode desempenhar nos confins de suas novas áreas de dispersão – notadamente Ásia e África –, será bolha de crescimento ou ferramenta para o desenvolvimento? Na fronteira de sua continuidade, reinvenção ou abandono, dos lugares em que se consagrou e que depois restaram saturados. Na fronteira das mudanças de comportamento, de significados e de modos de vida da sociedade pós-industrial e as novas expectativas que se colocam sobre as experiências turísticas e as tendências futuras na busca por satisfazê-las.



Perspectiva	Autores	Concepção DS	Proposições
Sustentabilidade fraca	Solow	DS é manutenção do padrão de vida através do consumo constante.	Substituição de KN por KM <sup>9</sup> , mantendo capital total constante. Maior eficiência no uso dos recursos.
Sustentabilidade forte	Pearce	DS é a manutenção do KN constante.	Substituição do KN exaurível por KN renovável. Incentivos monetários, princípio poluidor pagador; nível crítico de KN.
Sustentabilidade em SSE <sup>10</sup>	Daly	DS obtenção do maior fluxo útil possível com menor fluxo entrópico possível. Sustentabilidade possível no horizonte temporal limitado ao da humanidade, em escala relativa aos estoques planetários e potencialidades tecnológicas.	Crescimento zero, com KM constante, e melhorias de ordem qualitativa. Através da substituição de recursos exauríveis por renováveis, aumento eficiência, compensando sua depleção.
Sustentabilidade como coevolução sistêmica	Swaney, Norgaard	DS não na manutenção de estoques, mas no melhor uso coevolutivo. DS é estabilidade e perpetuação sistêmica em uma trajetória coevolutiva dos sistemas social e ecológico que melhor minimize o processo entrópico inerente à interação destes.	Processo dinâmico mediado por instituições, através da instrumentalização e métodos multicriteriais no controle de determinadas variáveis ambientais.
Sustentabilidade impossível no capitalismo	Altvater, Martínez-Alier	DS é contraditório ao modo de produção/regulação fordista-fossilista. Existe troca desigual. DS como discurso adotado parcialmente para a manutenção do sistema.	Ação política pressionando mercado a incluir preços sócio-ecologicamente corrigidos. Mudança de racionalidade para a ecológica.
Sustentabilidade fisicamente impossível	Georgescu-Roegen	DS é fisicamente impossível por conta da lei da entropia.	Minimizar efeitos da inexorável entropia através de um uso que não desgaste tão rapidamente os recursos naturais.

\*Quadro elaborado por Maurício Ragagnin Pimentel

<sup>9</sup> Capital Natural e Capital Manufaturado

<sup>10</sup> *Steady-State Economy*, algo como: Economia em Estado Estacionário.

### Referências Bibliográficas:

CLARKE, Jackie. *A Framework of Approaches to Sustainable Tourism*. Journal of Sustainable Tourism. 1997. Disponível em: <<http://www.multilingual-matters.net/jost/005/0224/jost0050224.pdf>> . Acesso em: 20 de junho de 2006.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. *Nosso Futuro Comum*. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

DEMO, Pedro. Dialética do conhecimento científico. In: *Metodologia do Conhecimento Científico*. São Paulo, Atlas, 2000.

DEMO, Pedro. Dialética – Processualidade de Estruturas Históricas. In: *Metodologia Científica em Ciências Sociais*. São Paulo, Atlas, 1995.

JURDAO, Francisco. *Los Mitos del Turismo*. Madrid, Endyamion, 1992.

IVARS, Josep. *Planificación turística de los espacios regionales en España*. Madrid, Síntesis, 2004.

MONTIBELLER-FILHO, Gilberto. O mito do desenvolvimento sustentável: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias. Florianópolis, Editora da UFSC, 2001.

NOBRE, Marcos & AMAZONAS, Maurício (Orgs.). *Desenvolvimento sustentável: a institucionalização de um conceito*. Brasília, Ed. IBAMA, 2002.

OMT. *Manila Declaration on World Tourism*. Manila, 1980. Disponível em: <[http://www.world-tourism.org/frameset/frame\\_sustainable.html](http://www.world-tourism.org/frameset/frame_sustainable.html)>. Acesso em: 20 de junho de 2006.

OMT. *The Hague Declaration on Tourism*. Haia, 1989. Disponível em: <[http://www.world-tourism.org/frameset/frame\\_sustainable.html](http://www.world-tourism.org/frameset/frame_sustainable.html)>. Acesso em: 20 de junho de 2006

OMT. *Turismo Sustentável*. In: OMT. *Introdução ao Turismo*. São Paulo, Roca, 2001. pp.243-260.

OMT. *Québec Declaration on Ecotourism*. Quebec, 2002. Disponível em: <[http://www.world-tourism.org/frameset/frame\\_sustainable.html](http://www.world-tourism.org/frameset/frame_sustainable.html)>. Acesso em: 20 de junho de 2006.

OMT. *Guia de Desenvolvimento do Turismo Sustentável*. Porto Alegre, Bookman, 2003.

OMT. *Concepts and Definitions on Sustainable Tourism*. Disponível em: <[http://www.world-tourism.org/frameset/frame\\_sustainable.html](http://www.world-tourism.org/frameset/frame_sustainable.html)>. Acesso em: 20 de junho de 2006.

OMT & UNEP. *Making Tourism More Sustainable: a guide for policy makers*. S.I., Ford Foundation, 2005. Disponível em: <[http://www.world-tourism.org/frameset/frame\\_sustainable.html](http://www.world-tourism.org/frameset/frame_sustainable.html)> Acesso em: 19 de junho de 2006.

OMT, UNEP & UE. *Charter on Sustainable Tourism*. Lanzarote, 1995a. Disponível em: <[http://www.world-tourism.org/frameset/frame\\_sustainable.html](http://www.world-tourism.org/frameset/frame_sustainable.html)>. Acesso em: 20 de junho de 2006.

ONU. *Report of the World Summit on Sustainable Development*. Johannesburg, 2002. Disponível em: <http://www.world-tourism.org> . Acesso em: junho de 2006.

PEARCE, Douglas. *Tourist Development*. Essex, Longman Group, 1989.

PRIESTLEY, C.K. *The Evolution of Tourism on the Spanish Coast*. In: ASHWORTH, G. J. & AGJ DIETVORST (Org). *Tourism and Spatial Transformation: implications for policy and planning*. Wallingford , CABI, 1995.

SESSA, Alberto. *Turismo e Politica di Svilupp*o. Venezia, Editrice Universitaria, 1976.

SWARBROOKE, John. *Turismo Sustentável: conceitos e impacto ambiental*, vol.1. São Paulo, Aleph, 2000.

SWARBROOKE, John. *Turismo Sustentável: turismo cultural, ecoturismo e ética*, vol.5. São Paulo, Aleph, 2000.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação: o positivismo, a fenomenologia, o marxismo*. São Paulo : Atlas, 1992